



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 11050.000156/2004-53
Recurso nº. : 141.768
Matéria : IRPF - Ex(s) 2003
Recorrente : VALMIRA SANTOS ÁVILA
Recorrida : 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS
Sessão de : 07 de julho de 2005
Acórdão nº. : 104-20.840

DIRPF - APRESENTAÇÃO FORA DO PRAZO - MULTA - As pessoas físicas deverão apresentar anualmente declaração de rendimentos, na qual se determinará o saldo do imposto a pagar ou o valor a ser restituído, relativamente aos rendimentos percebidos no ano-calendário. O adimplemento da obrigação acessória fora do prazo fixado na legislação enseja a aplicação da multa de mora de um por cento ao mês ou fração sobre o valor do saldo do imposto a pagar, respeitado o limite do valor máximo de vinte por cento do imposto a pagar e o limite do valor mínimo de cento e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos.

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - Não se configura denúncia espontânea o cumprimento de obrigação acessória, após decorrido o prazo legal para o seu adimplemento, sendo a multa decorrente da impontualidade do contribuinte.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **VALMIRA SANTOS ÁVILA**.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Maria Helena Cotta Cardozo
MARIA HELENA COTTA CARDOZO
PRESIDENTE

Pedro Paulo Pereira Barbosa
PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
RELATOR

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA**

Processo nº. : 11050.000156/2004-53
Acórdão nº. : 104-20.840

FORMALIZADO EM: 11.2 AGO 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, MEIGAN SACK RODRIGUES, MARIA BEATRIZ ANDRADE DE CARVALHO, OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR e REMIS ALMEIDA ESTOL.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA**

Processo nº. : 11050.000156/2004-53
Acórdão nº. : 104-20.840

Recurso nº. : 141.768
Recorrente : VALMIRA SANTOS ÁVILA

R E L A T Ó R I O

Contra VALMIRA SANTOS ÁVILA, Contribuinte inscrita no CPF/MF sob o nº 276.474.040-91, foi lavrado a Notificação de Lançamento de fls. 03 para formalização de exigência de multa pelo atraso na declaração referente ao exercício de 2003, ano-calendário 2002, no valor de R\$ 165,74.

A Contribuinte insurge-se contra a exigência, nos termos da Impugnação de fls. 01, onde alega, singelamente, que é primária e que entregou a declaração espontaneamente, o que a isentaria de pagar a multa.

A DRJ/PORTO ALEGRE/RS julgou procedente o lançamento. Anotou que a Contribuinte consta como titular da empresa Valmira Santos Ávila ME, CNPJ nº 01.296.975/0001-71 e que essa é uma condição suficiente para a obrigatoriedade de apresentação da declaração, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 190/2003, art. 1º, III.

Enfrenta também a decisão recorrida a alegação subjacente à impugnação de que a declaração foi entregue espontaneamente. Conclui que não se aplica ao caso a norma do art. 138 do CTN, pois esse dispositivo refere-se a multa incidente pelo descumprimento de obrigação principal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 11050.000156/2004-53
Acórdão nº. : 104-20.840

Cientificada da decisão de primeira instância em 24/06/2004 (fls. 19v) a Contribuinte protocoliza recurso em 20/07/2004 onde repete *ipsis litteris* a peça impugnatória.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA**

Processo nº. : 11050.000156/2004-53
Acórdão nº. : 104-20.840

V O T O

Conselheiro PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, Relator

O presente recurso voluntário reúne os pressupostos de admissibilidade previstos na legislação que rege o processo administrativo fiscal e deve, portanto, ser conhecido.

Não há dúvidas quanto à entrega intempestiva da declaração. O que se discute é, por um lado, se a Contribuinte estava obrigada a apresentá-la e, por outro, caso afirmativo, se a entrega espontânea a eximiria da penalidade.

A Decisão recorrida é clara, precisa e correta. A Instrução Normativa SRF nº 290/2003, no seu art. 1º, III, transcrito na decisão atacada, prevê, entre as hipóteses de obrigatoriedade de apresentação de declaração, a de ser o contribuinte participar do quadro societário de empresa, como titular, sócio ou acionista. E, no caso, o documento de fls. 10 revela que a Contribuinte era, no ano de 2002, titular da empresa VALMIRA SANTOS ÁVILA, CNPJ nº 01.296.975/0001-71.

Mesmo para os que acham que, no caso de empresa inapta, não seria devido a penalidade, cumpre notar que, a situação de inapta da empresa começou apenas em 22/02/2003. Assim, não seria o caso de afastar a penalidade por esse motivo.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 11050.000156/2004-53
Acórdão nº. : 104-20.840

Sobre a alegada espontaneidade, da mesma forma, a decisão recorrida enfrentou a matéria com precisão e transcreve, inclusive, jurisprudência deste Conselho de Contribuintes.

De fato, este Conselho e inclusive esta câmara vem decidindo, reiteradamente, no sentido de que, no caso de obrigação acessória, o cumprimento da obrigação após vencido o prazo não configura denúncia espontânea.

Ante todo o exposto, VOTO no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões (DF), em 07 de julho de 2005



PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA